



EDUCAÇÃO DA INTUIÇÃO SENSÍVEL: RESGATANDO A VERDADE NO CAPITALISMO DIGITAL¹

Tomas Guillermo Polo²

Resumo

Este artigo examina a disseminação de desinformação e a influência das plataformas digitais na era da pós-verdade, destacando como a psicometria utilizada pelas redes sociais, publicidade e a indústria do entretenimento manipula o inconsciente, implantando opiniões, criando desejos e provocando emoções. Analisando a commoditização da cultura e a performance das ações, o estudo utiliza teorias de Freire, Horkheimer, Adorno, Kahneman e Haidt para explorar a necessidade de uma educação que vá além da alfabetização midiática, incorporando o desenvolvimento das intuições emocionais e sensíveis. A pesquisa enfatiza a importância de uma autopercepção crítica e uma reflexão profunda para resistir eficazmente às manipulações digitais e às pressões culturais, propondo uma nova abordagem educacional.

Palavras-chave: desinformação, psicometria, plataformas digitais, educação crítica, intuições emocionais.

EDUCATION OF SENSITIVE INTUITION: RESCUING THE TRUTH IN DIGITAL CAPITALISM

Abstract

This article examines the spread of misinformation and the influence of digital platforms in the post-truth era, highlighting how psychometrics used by social networks, advertising, and the entertainment industry manipulates the unconscious, implanting opinions, creating desires, and provoking emotions. Analyzing the commodification of culture and the performance of actions, the study uses theories from Freire, Horkheimer, Adorno, Kahneman, and Haidt to explore the need for an education that goes beyond media literacy, incorporating the development of emotional and sensitive intuitions. The research emphasizes the importance of critical self-perception and deep reflection to effectively resist digital manipulations and cultural pressures, proposing a new educational approach.

Keywords: misinformation, psychometrics, digital platforms, critical education, emotional intuitions.

EDUCACIÓN DE LA INTUICIÓN SENSIBLE: RESCATAR LA VERDAD EN EL CAPITALISMO DIGITAL

Resumen

Este artículo examina la difusión de la desinformación y la influencia de las plataformas digitales en la era de la posverdad, destacando cómo la psicometría utilizada por las redes sociales, la publicidad y la industria del entretenimiento manipula el inconsciente, implantando opiniones, creando deseos y provocando emociones. Al analizar la mercantilización de la cultura y la realización de acciones, el estudio utiliza teorías de Freire, Horkheimer, Adorno, Kahneman y Haidt para explorar la necesidad de una educación que vaya más allá de la alfabetización mediática, incorporando el desarrollo de intuiciones emocionales y sensibles. La investigación enfatiza la importancia de la autopercepción crítica y la reflexión profunda para resistir eficazmente las manipulaciones digitales y las presiones culturales, proponiendo un nuevo enfoque educativo.

Palabras clave: desinformación, psicometría, plataformas digitales, educación crítica, intuiciones emocionales.

¹ Artigo recebido em 12/09/2024. Avaliação em 17/09/2024. Aprovado em 18/01/2025. Publicado em 25/02/2025.

² Universidade Federal do Acre. E-mail: tomasguillermopolo@gmail.com

INTRODUÇÃO

A disseminação de informações enganosas e a influência das milícias digitais são desafios centrais na era da pós-verdade. As plataformas digitais, especialmente as redes sociais, tornaram-se ambientes propícios para a proliferação de notícias falsas e manipulação de opiniões, impactando significativamente a percepção pública e a democracia. Este estudo busca analisar esses fenômenos, compreendendo seus mecanismos e propondo soluções para mitigar seus efeitos.

Justifica-se a realização desta pesquisa pela urgência de entender e combater os mecanismos que facilitam a disseminação de desinformação nas plataformas digitais. Zeynep Tufekci, em “Twitter and Tear Gas” (2018), ilustra como grupos organizados utilizam essas plataformas para moldar o debate público, representando uma ameaça significativa à formação de uma opinião pública informada (TUFEKCI, 2018). A incapacidade das populações em lidar criticamente com a informação digital exacerba esse problema, evidenciando a necessidade de intervenções educativas eficazes.

Para contextualizar, é essencial considerar a manipulação das redes sociais através da psicomетria, que analisa os dados comportamentais dos usuários para prever e influenciar suas ações. A psicomетria tem sido amplamente utilizada para personalizar conteúdos e anúncios, manipulando as emoções e opiniões dos usuários de maneira sutil, mas eficaz. Nesse contexto, a contribuição de Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido (1968) torna-se crucial (FREIRE, 1968). Freire enfatiza a necessidade de uma educação libertadora, capaz de capacitar os indivíduos a questionar e desafiar as estruturas de poder. Na era digital, essa educação crítica é vital para formar cidadãos resistentes à manipulação e às influências enganosas das milícias digitais.

COMODITIZAÇÃO DA CULTURA E PERFORMANCE DAS AÇÕES

A crítica proposta neste artigo se concentra na comoditização da cultura e na tecnologia que promove a performance de ações. A cultura vista como mercadoria é moldada para atender às demandas do mercado, transformando a arte em mero entretenimento e promovendo uma cultura de consumo de massa. Esses conceitos estão intimamente relacionados às críticas de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, em “Dialética do Esclarecimento” (1947), sobre a racionalidade instrumental e a desumanização

(HORKHEIMER; ADORNO, 1947). Ao explorar a relação entre a cultura de massa e a performance das ações, podemos compreender como a razão instrumental pode levar à alienação e perda do significado autêntico da vida.

Esses conceitos, embora não abordados diretamente por Adorno e Horkheimer, são relevantes para compreender a dinâmica da sociedade contemporânea. A cultura de massa, a comoditização da cultura e a performance das ações continuam a ser temas cruciais no contexto atual, à medida que a tecnologia digital e as redes sociais desempenham um papel cada vez mais importante na formação de nossas experiências culturais e sociais. Como afirmam Zuboff (2019) em “The Age of Surveillance Capitalism” (ZUBOFF, 2019) e Turkle (2011) em “Alone Together” (TURKLE, 2011), a digitalização e a vigilância transformam a forma como interagimos, contribuindo para a alienação e a superficialidade nas relações sociais.

EDUCAÇÃO ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA

A importância desta pesquisa está na necessidade de desenvolver estratégias educativas e políticas públicas que promovam uma educação que vá além da alfabetização midiática e do pensamento crítico, incluindo a intuição sensível. A manipulação psicométrica atua a nível inconsciente, o que torna a educação tradicional insuficiente para combater seus efeitos. Assim, é necessário desenvolver uma educação que também aborde as intuições emocionais e sensíveis dos indivíduos, comprometida com a necessidade de desenvolver a autopercepção de si e de seus processos internos. Isso inclui a internalização de valores, para que não sejam apenas justificações racionais para decisões já tomadas inconscientemente. A educação deve focar na autopercepção e na conscientização dos processos internos, permitindo que os indivíduos reconheçam e resistam às influências manipulativas de maneira mais eficaz.

Segundo Jonathan Haidt em “The Righteous Mind” (2012), as decisões morais são muitas vezes guiadas por intuições emocionais e, posteriormente, justificadas pela razão (HAIDT, 2012). Portanto, uma educação que apenas se concentre na alfabetização midiática e no pensamento crítico pode ser insuficiente, pois não aborda a raiz intuitiva das decisões humanas. A internalização de valores requer um aprofundamento na autopercepção e na reflexão sobre os processos internos que guiam nossas ações e reações. Neste sentido, a educação desempenha um papel central. Não se trata apenas de fornecer informações, mas de

capacitar os indivíduos a desenvolverem uma compreensão crítica e sensível do mundo ao seu redor. A educação deve ser um processo contínuo de conscientização, que envolva a reflexão sobre as próprias emoções e intuições. Essa abordagem educacional é essencial para formar cidadãos capazes de resistir à manipulação digital e atuar de maneira mais autêntica e ética em suas interações sociais e políticas.

SISTEMAS DE PENSAMENTO E A ERA DIGITAL

Na era digital, a disseminação de informações enganosas é uma preocupação constante, particularmente nas plataformas de mídias sociais. Walter Benjamin, em sua obra “Experiência e Pobreza” (1933), descreve o conceito de *Erbilis*, a atrofia da experiência contínua (BENJAMIN, 1933). Benjamin argumenta que, na modernidade, a experiência tradicional, rica e contínua, baseada em narrativas e sabedoria passada de geração em geração, está sendo corroída. Na era digital, essa atrofia se intensifica. As experiências fragmentadas e imediatistas das redes sociais e outras plataformas digitais substituem as experiências profundas e significativas. A rápida sucessão de informações e a constante estimulação visual e auditiva impedem a formação de uma experiência contínua e reflexiva. Assim, a sabedoria e a narrativa tradicional são cada vez mais substituídas por dados superficiais e muitas vezes enganosos, que são rapidamente consumidos e esquecidos.

Este fenômeno pode ser relacionado com os conceitos apresentados por Daniel Kahneman em sua obra “Thinking, Fast and Slow” (2011). Kahneman oferece uma análise profunda dos mecanismos mentais que influenciam nossas decisões, apresentando os conceitos de Sistema 1 e Sistema 2 (KAHNEMAN, 2011). O Sistema 1 opera de maneira rápida e intuitiva, enquanto o Sistema 2 é mais lento e deliberativo. No ambiente digital, a predominância das experiências sem reflexão descritas por Benjamin facilita o domínio do Sistema 1. As pessoas aceitam informações de maneira rápida e sem crítica, influenciadas pelo conteúdo emocional e sensacionalista favorecido pelas redes sociais. Essa aceitação acrítica é exacerbada pelo ambiente digital, que promove uma gratificação instantânea e uma superficialidade que impedem a reflexão crítica e a profundidade do entendimento. Como resultado, a sociedade se torna mais vulnerável à desinformação e às informações enganosas, intensificando a crise da narrativa descrita por Benjamin e agravando os impactos da rápida e acrítica aceitação das informações digitais.

Kahneman descreve o Sistema 1 como uma forma de pensamento que funciona de maneira automática e quase sem esforço. Ele é responsável por reações imediatas e instintivas, que são essenciais para a sobrevivência em situações de perigo iminente. No entanto, no contexto das mídias sociais, essa mesma rapidez pode levar à disseminação e aceitação de informações falsas. As plataformas de mídia social são projetadas para maximizar o engajamento, e isso frequentemente é alcançado através da amplificação de conteúdos que evocam fortes reações emocionais, como choque, indignação ou humor. Essas reações rápidas são típicas do Sistema 1, que não se preocupa com a veracidade das informações, mas com a resposta imediata.

Por outro lado, o Sistema 2 é caracterizado por ser mais analítico e crítico. Ele requer esforço consciente, tempo e energia para processar informações de forma detalhada e lógica. No entanto, devido à sua natureza mais lenta e laboriosa, o Sistema 2 é menos frequentemente acionado no ambiente acelerado das mídias sociais. As pessoas tendem a confiar no Sistema 1 para tomar decisões rápidas sobre o conteúdo que encontram online, o que muitas vezes resulta na aceitação de informações enganosas sem uma análise crítica.

Kahneman argumenta que uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Sistema 2 é sua preguiça inerente. Mesmo quando as pessoas têm a capacidade de pensar criticamente, elas muitas vezes evitam fazer isso porque o pensamento crítico é trabalhoso. Além disso, em um ambiente onde o fluxo de informações é constante e incessante, como nas mídias sociais, é ainda mais difícil para o Sistema 2 intervir e corrigir os erros do Sistema 1. As plataformas digitais estão desenhadas para manter a atenção dos usuários, muitas vezes através de estímulos contínuos que favorecem o pensamento rápido e intuitivo.

Para combater essa tendência, Kahneman sugere a importância de fortalecer o Sistema 2 através da educação. Uma educação sensorial que enfatize a análise crítica e deliberada das informações pode capacitar os indivíduos a resistir à manipulação digital. Isso envolve ensinar habilidades de pensamento crítico desde cedo, promovendo a verificação de fatos, a avaliação de fontes e a reflexão profunda sobre as informações recebidas. Além disso, é fundamental criar um ambiente que favoreça o tempo e o espaço necessários para o pensamento deliberativo, diminuindo a pressão para respostas rápidas e instintivas.

Além da educação formal, as plataformas de mídias sociais também têm um papel crucial a desempenhar. Implementar mecanismos que incentivem a verificação de informações e promovam a visibilidade de conteúdos verificados e de alta qualidade pode ajudar a mitigar a predominância do Sistema 1. Ferramentas de verificação de fatos

integradas, avisos sobre a veracidade das informações e a promoção de conteúdos que incentivem a reflexão crítica são algumas das estratégias que podem ser adotadas.

INTUIÇÕES MORAIS E MANIPULAÇÃO EMOCIONAL

Complementando essa visão, Jonathan Haidt, em sua obra *The Righteous Mind* (2012), apresenta uma análise de como as bases morais e emocionais influenciam nossas crenças e percepções (HAIDT, 2012). Haidt argumenta que muitas das nossas decisões são guiadas por intuições emocionais, em vez de pela razão deliberada. Esta perspectiva ajuda a explicar por que as pessoas podem ser facilmente manipuladas por informações falsas que apelam às suas emoções e preconceitos.

Haidt utiliza o conceito de "intuições morais", que são respostas automáticas e instintivas a situações éticas. Ele compara a mente humana a um elefante (as intuições emocionais) guiado por um cavaleiro (a razão). O elefante, sendo muito maior e mais poderoso, geralmente dirige o curso das decisões, enquanto o cavaleiro tenta justificá-las racionalmente após o fato. Isso sugere que nossas reações emocionais muitas vezes precedem e dominam nossos processos racionais de tomada de decisão.

Essa dominância das intuições emocionais sobre a razão é particularmente relevante na era digital, onde as mídias sociais amplificam conteúdos que evocam reações emocionais fortes. Plataformas como Facebook, Twitter e Instagram são desenhadas para maximizar o engajamento dos usuários, frequentemente promovendo conteúdos que provocam choque, indignação ou alegria. Essa estratégia de maximização do engajamento explora a natureza intuitiva e emocional das respostas humanas, facilitando a disseminação de informações falsas que apelam a preconceitos e emoções.

A manipulação emocional é, portanto, um risco significativo na era digital. Informações falsas que evocam fortes reações emocionais são mais propensas a serem compartilhadas sem a devida verificação. Haidt sugere que, para mitigar esse problema, é essencial uma educação que promova a consciência das intuições emocionais e desenvolva a capacidade de reflexão crítica. Tal educação deve capacitar os indivíduos a reconhecerem quando suas emoções estão sendo manipuladas e a questionarem a veracidade das informações com base em uma análise crítica mais aprofundada.

Haidt propõe que a educação deve focar não apenas em desenvolver habilidades analíticas, mas também em compreender a própria natureza das intuições morais. Isso implica

ensinar os alunos a reconhecerem seus próprios vieses e a refletirem criticamente sobre suas reações emocionais. Programas educacionais poderiam incluir exercícios de mindfulness e técnicas de metacognição que ajudam os indivíduos a se tornarem mais conscientes de seus processos internos de tomada de decisão.

Além disso, Haidt defende que o entendimento das bases morais deve ser contextualizado dentro de uma visão mais ampla da diversidade cultural e psicológica. Ele identifica seis fundações morais universais: cuidado, justiça, lealdade, autoridade, santidade e liberdade. Cada cultura enfatiza essas fundações de maneiras diferentes, influenciando as intuições morais de seus membros. Compreender essa diversidade pode ajudar a promover um diálogo mais rico e empático, reduzindo a polarização e a suscetibilidade à manipulação emocional.

Para enfrentar os desafios da desinformação nas mídias sociais, Haidt sugere também a implementação de intervenções estruturais nas plataformas digitais. Isso inclui o desenvolvimento de algoritmos que priorizem a qualidade da informação e incentivem o engajamento baseado em discussões racionais e informadas, em vez de reações emocionais superficiais. As plataformas podem, por exemplo, integrar verificações de fatos mais visíveis e fornecer contextos adicionais para as informações compartilhadas.

SUPEREGO, JUSTIFICAÇÕES MORAIS E EDUCAÇÃO CRÍTICA

Os preceitos morais, muitas vezes guiados pelo superego, tendem a exercer um impacto limitado nas ações dos indivíduos. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que essas normas morais frequentemente servem mais para justificar comportamentos do que para alterá-los efetivamente. Sigmund Freud, em sua teoria psicanalítica, descreve o superego como a parte da psique que contém as normas e valores internalizados da sociedade (FREUD, 1933). O superego age como uma espécie de consciência moral, mas sua influência é frequentemente superficial e voltada para a conformidade social.

Freud argumenta que o superego se desenvolve a partir da internalização das normas e valores dos pais e da sociedade durante a infância. No entanto, essas normas e valores são frequentemente adotados de forma acrítica e podem não estar profundamente integrados na personalidade do indivíduo. Em muitos casos, o superego funciona mais como um censor que impõe sentimentos de culpa e vergonha quando as normas sociais são transgredidas, mas sem necessariamente modificar os impulsos e desejos subjacentes do id. Jonathan Haidt, em *The*

Righteous Mind (2012), expande essa ideia ao argumentar que os preceitos morais muitas vezes atuam como justificativas pós-hoc para ações que são, na verdade, guiadas por intuições emocionais e impulsos inconscientes (HAIDT, 2012). Assim, as normas morais são usadas para racionalizar comportamentos já decididos emocionalmente, permitindo que os indivíduos mantenham uma imagem positiva de si mesmos e durmam tranquilos com suas consciências.

Os preceitos morais, guiados pelo superego, frequentemente servem mais para justificar ações após o fato do que para realmente modificar comportamentos. Esse fenômeno é evidente em diversos contextos históricos e contemporâneos, onde as ações dos indivíduos e grupos são racionalizadas de maneira a conformá-las a um sistema de crenças, muitas vezes contradizendo os próprios valores que dizem defender.

A teoria psicanalítica de Sigmund Freud sugere que o superego, a parte da psique responsável pela internalização das normas sociais, frequentemente age para minimizar a dissonância cognitiva e garantir que os indivíduos mantenham uma autoimagem positiva (FREUD, 1933). O superego, portanto, não modifica necessariamente os impulsos do id, mas atua para justificar as ações que atendem às necessidades emocionais e psicológicas do indivíduo, permitindo que este durma tranquilo com sua consciência. Essa função justificadora do superego pode levar à adoção de interpretações morais que priorizam o conforto emocional individual sobre o bem-estar coletivo.

Exemplos históricos e contemporâneos abundam para ilustrar como essas dinâmicas operam. Durante a colonização das Américas, os colonizadores espanhóis justificaram o genocídio e a escravização dos povos indígenas com a alegação de que os indígenas não tinham alma e, portanto, não eram totalmente humanos. Essa justificativa permitiu que os colonizadores se engajassem em atos de extrema violência e opressão, enquanto mantinham uma imagem de si mesmos como agentes de uma missão civilizadora e cristianizadora. Carlos Magno, no processo de expandir seu império, conduziu guerras brutais contra os povos saxões, sob o pretexto de expandir o cristianismo. No entanto, as ações de Carlos Magno, incluindo o massacre de Verden, onde milhares de saxões foram executados, contrastam fortemente com os ensinamentos de amor e compaixão de Cristo. Essas ações foram racionalizadas como uma necessidade para a expansão da fé, embora fossem claramente incompatíveis com os princípios cristãos.

As Cruzadas, que inicialmente visavam a reconquista de territórios cristãos, rapidamente se transformaram em campanhas de pilhagem e conquista que iam muito além do objetivo original. Os cruzados frequentemente justificavam massacres e saques em nome da

religião, mesmo quando suas ações violavam os preceitos de caridade e misericórdia defendidos pelo cristianismo. Os ensinamentos do profeta Maomé enfatizam a paz e a justiça, no entanto, várias interpretações extremistas justificam atos de terrorismo e violência em nome do Islã. Grupos terroristas como Al-Qaeda e ISIS utilizam uma interpretação distorcida do Alcorão para justificar suas ações, que são claramente incompatíveis com os valores centrais do Islã.

O budismo prega a não-violência e a compaixão, mas historicamente, houve momentos em que monges budistas justificaram violência em contextos políticos. Um exemplo é a participação de monges na violência étnica em Myanmar contra os rohingyas, uma minoria muçulmana, contradizendo os ensinamentos de Buda sobre compaixão universal. Líderes comunistas, que defendiam a igualdade e a abolição das classes, muitas vezes viviam confortavelmente um estilo de vida burguês. Eles justificavam isso com a alegação de que estavam agudizando as contradições de classe e acelerando o advento da revolução socialista. Esse comportamento contradiz os princípios de igualdade e austeridade que fundamentam a ideologia comunista.

Muitos que se afirmam liberais são coniventes com atitudes governamentais autoritárias e intervenções estatais no domínio econômico, quando essas ações são convenientes. Por exemplo, a defesa de subsídios e resgates financeiros para grandes corporações durante crises econômicas, contradizendo o princípio liberal de livre mercado e mínima intervenção estatal. No governo Lula, ações políticas alinhadas com uma política econômica neoliberal foram frequentemente justificadas apesar de serem inconsistentes com o ideário de esquerda do Partido dos Trabalhadores. A aceitação de tais políticas por muitos apoiadores do governo, que tradicionalmente defendem uma intervenção estatal maior para promover justiça social, exemplifica como a dissonância cognitiva pode levar à racionalização de ações contrárias às crenças declaradas.

FALSAS MEMÓRIAS E EDUCAÇÃO CRÍTICA

Para que a ética e a moral sejam verdadeiramente efetivas e capazes de modificar o comportamento de maneira significativa, elas precisam ser mais do que simplesmente internalizadas a nível inconsciente. É necessário que esses preceitos morais estejam em harmonia com a vida psíquica do indivíduo e em equilíbrio com o meio em que ele se

encontra. Isso implica que os valores morais devem ser integrados de forma consciente e deliberada, refletindo uma compreensão profunda e crítica das normas e valores sociais.

Erich Fromm, em *The Art of Loving* (1956), argumenta que o verdadeiro desenvolvimento moral exige uma compreensão profunda e crítica dos valores e normas sociais (FROMM, 1956). Fromm sustenta que essa compreensão não deve ser meramente intelectual, mas também emocional, envolvendo uma internalização genuína dos princípios de justiça e igualdade. No entanto, ele observa que, na prática, as normas morais são frequentemente adotadas de maneira superficial. Esta adoção superficial serve como um mecanismo para evitar a ansiedade e a insegurança que surgem do conflito com as expectativas sociais. Quando os indivíduos aceitam normas morais sem uma reflexão crítica profunda, eles podem usá-las para justificar comportamentos que atendem às suas necessidades emocionais imediatas, mesmo que tais comportamentos contradigam os princípios morais mais amplos que essas normas deveriam sustentar.

Fromm destaca que essa superficialidade na adoção de normas morais está enraizada no desejo humano de evitar o desconforto psicológico. As pessoas tendem a buscar validação e aceitação social, o que as leva a conformar-se externamente às expectativas sociais, enquanto internamente podem não estar verdadeiramente comprometidas com os valores que professam. Esse fenômeno é explicado pela teoria da dissonância cognitiva de Leon Festinger (1957), que sugere que os indivíduos experimentam desconforto mental quando possuem crenças ou comportamentos conflitantes (FESTINGER, 1957). Para reduzir esse desconforto, as pessoas tendem a ajustar suas crenças ou comportamentos de forma a mantê-los coerentes, frequentemente justificando ações que vão contra os valores declarados.

A adoção superficial das normas morais permite que os indivíduos racionalizem comportamentos egoístas ou prejudiciais como sendo compatíveis com seus valores. Por exemplo, uma pessoa pode professar a importância da igualdade e justiça, mas ao enfrentar uma situação em que seu próprio conforto ou ganho está em jogo, pode encontrar justificativas para agir de maneira contrária a esses princípios. Além disso, Fromm argumenta que a verdadeira moralidade requer não apenas a internalização consciente dos valores, mas também um ambiente social que apoie e reforce esses valores.

Albert Bandura, em sua teoria do aprendizado social, fornece uma perspectiva complementar ao enfatizar a importância do ambiente social na formação e manutenção dos comportamentos morais (BANDURA, 1977). Bandura argumenta que os comportamentos são aprendidos por meio da observação e imitação de modelos sociais. Isso significa que os

indivíduos observam as ações dos outros, especialmente daqueles que são vistos como modelos de comportamento, e imitam essas ações. A autoeficácia e o autocontrole também são cruciais para a internalização efetiva das normas morais. Bandura destaca que para que a moralidade seja efetiva, é necessário que o ambiente social apoie e reforce esses comportamentos éticos, proporcionando modelos positivos e feedback consistente.

A teoria do aprendizado social sugere que, em contextos onde o comportamento egoísta ou autocentrado é recompensado ou aceito, os indivíduos são incentivados a adotar interpretações morais que justificam a priorização de suas necessidades pessoais. Essa dinâmica pode ser observada em ambientes corporativos, onde a competição e o sucesso individual são frequentemente valorizados acima do bem-estar coletivo. Em tais ambientes, comportamentos que contrariam os princípios de justiça e igualdade podem ser racionalizados como necessários para o sucesso pessoal, mesmo que à custa do coletivo.

Essa perspectiva de Bandura complementa a visão de Fromm ao mostrar como o ambiente social molda a adoção superficial de normas morais. Quando o ambiente recompensa comportamentos egoístas, as normas morais podem ser distorcidas para justificar tais comportamentos. Por exemplo, em muitas culturas corporativas, a maximização do lucro pessoal e o avanço na carreira são altamente valorizados, mesmo que isso signifique agir de maneiras que prejudiquem outros. Esses comportamentos são frequentemente racionalizados como necessários ou inevitáveis dentro do contexto social e econômico, evidenciando a superficialidade da adesão às normas morais.

Albert Bandura, um dos psicólogos mais influentes do século XX, desenvolveu a teoria do aprendizado social, enfatizando a importância do ambiente social na formação e manutenção dos comportamentos humanos (BANDURA, 1977). Sua teoria propõe que o comportamento é aprendido através da observação e imitação de modelos sociais. Este processo de aprendizado inclui quatro componentes principais: atenção, retenção, reprodução e motivação. Primeiro, para aprender, uma pessoa deve prestar atenção ao modelo. Em seguida, deve ser capaz de reter ou lembrar das informações observadas. O passo seguinte é a capacidade de reproduzir o comportamento observado. Finalmente, a motivação desempenha um papel crucial, pois a pessoa deve ter um motivo para imitar o comportamento.

O conceito de aprendizado social de Bandura sugere que as pessoas aprendem novos comportamentos observando e imitando os outros. No contexto digital, onde a disseminação de informações falsas é prevalente, este mecanismo pode levar à rápida propagação de desinformação. As redes sociais facilitam a observação e imitação de comportamentos,

tornando mais fácil para informações falsas se espalharem e serem aceitas como verdadeiras. Este fenômeno é exacerbado pelo determinismo recíproco, que postula que o comportamento, o ambiente e os processos cognitivos se influenciam mutuamente. Em um ambiente digital onde a desinformação é comum, os indivíduos podem internalizar essas falsas informações e reproduzi-las, perpetuando um ciclo de desinformação.

Um conceito central na teoria de Bandura é o determinismo recíproco, que afirma que o comportamento humano é influenciado por três fatores interativos: ambiente, comportamento e processos cognitivos (ou pessoais). Isso significa que não apenas o ambiente influencia o comportamento, mas o comportamento também pode influenciar o ambiente, e ambos são influenciados pelas crenças e atitudes pessoais. Este ciclo recíproco destaca a complexidade do comportamento humano, onde cada componente interage dinamicamente com os outros.

A autoeficácia, outro conceito chave, refere-se à crença de um indivíduo em sua capacidade de executar comportamentos necessários para produzir resultados específicos. Bandura destacou que a autoeficácia influencia como as pessoas se sentem, pensam, se motivam e se comportam. Uma alta autoeficácia pode aumentar as realizações e o bem-estar pessoal, ao passo que uma baixa autoeficácia pode contribuir para estresse e depressão. A autoeficácia é moldada por quatro fontes principais: experiências de domínio, experiência vicária, persuasão verbal e estados fisiológicos e emocionais.

A autoeficácia, ou a crença de um indivíduo em sua capacidade de executar comportamentos necessários para alcançar um objetivo específico, é crucial para a resistência à desinformação. Indivíduos com alta autoeficácia são mais propensos a questionar a veracidade das informações e buscar fontes confiáveis. No entanto, a autoeficácia pode ser minada em ambientes onde a desinformação é predominante, levando à aceitação passiva de informações falsas.

Bandura também explorou como as pessoas justificam comportamentos que contrariam seus princípios morais através da desobrigação moral seletiva. Este conceito refere-se ao processo pelo qual indivíduos desativam seus padrões morais internos para justificar comportamentos antiéticos ou prejudiciais. Em contextos de guerra, por exemplo, soldados podem ser encorajados a desumanizar o inimigo, facilitando a realização de atos violentos sem culpa. Na era digital, isso pode ser observado quando pessoas compartilham desinformação, justificando suas ações com o pretexto de que estão apenas repassando informações, sem considerar as consequências éticas de suas ações. No contexto brasileiro

contemporâneo, por exemplo, o uso do termo "ajuste fiscal" para descrever cortes em programas sociais suaviza a percepção pública sobre o impacto negativo dessas medidas, permitindo que sejam vistas como necessárias ou inevitáveis, apesar de suas consequências adversas para populações vulneráveis. A justificativa moralista envolve reconfigurar ações imorais como sendo moralmente justificáveis para aliviar a dissonância cognitiva. Isso é frequentemente realizado através da linguagem eufemística, onde palavras e termos são suavizados para tornar ações moralmente questionáveis mais palatáveis.

A comparação social exoneratória é o processo de comparar-se a outros que são percebidos como piores para justificar comportamentos próprios. Ao se comparar com indivíduos ou grupos que cometem ações mais graves, uma pessoa pode aliviar a culpa por suas próprias ações menos severas. Este mecanismo ajuda a manter uma autoimagem positiva. Nas mídias sociais, os indivíduos podem justificar a disseminação de informações falsas apontando para outros que se comportam de maneira semelhante ou pior. A difusão da responsabilidade é exacerbada no ambiente digital, onde o anonimato e a vasta audiência fazem com que a responsabilidade pessoal pareça insignificante. Esse fenômeno é evidente na propagação de notícias falsas, onde os indivíduos sentem menos necessidade de verificar a precisão das informações que compartilham, confiando na ação coletiva do grupo.

A difusão da responsabilidade ocorre quando indivíduos em um grupo sentem menos responsabilidade pessoal por suas ações, pois a responsabilidade é distribuída entre todos os membros do grupo. Isso é comum em situações de conformidade social e comportamento em massa. O deslocamento da responsabilidade, por outro lado, ocorre quando indivíduos atribuem a responsabilidade de suas ações a figuras de autoridade ou às circunstâncias externas, como forma de reduzir a culpa pessoal. No Brasil, líderes políticos frequentemente transferem a culpa por questões sociais e econômicas para fatores externos ou administrações anteriores, desviando a responsabilidade de suas próprias políticas e ações. Esse deslocamento é facilitado por um cenário midiático que muitas vezes amplifica essas narrativas sem análise crítica suficiente.

Desumanização envolve perceber as vítimas de ações prejudiciais como menos do que humanas, o que facilita a realização de atos violentos ou imorais contra elas. Ao desumanizar a vítima, o perpetrador pode diminuir a empatia e a culpa associadas às suas ações. Este mecanismo é frequentemente observado em conflitos étnicos e genocídios, onde um grupo é retratado como inferior ou não humano para justificar a violência contra eles. No capitalismo digital, isso se manifesta no assédio e bullying online, onde a anonimidade e a distância

proporcionadas pela internet facilitam a desumanização e o ataque a outros. No Brasil, isso é particularmente evidente no assédio enfrentado por figuras públicas e ativistas, onde multidões online desumanizam seus alvos, justificando seu comportamento abusivo através de uma percepção de superioridade moral.

O bullying é um comportamento agressivo que envolve um desequilíbrio de poder e pode ser físico, verbal ou psicológico. A teoria do aprendizado social pode ser aplicada ao bullying, mostrando como crianças e adolescentes aprendem comportamentos agressivos observando e imitando seus pares, figuras de autoridade ou até mesmo mídia. Além disso, a difusão da responsabilidade pode explicar por que observadores de bullying muitas vezes não intervêm, sentindo que a responsabilidade de agir não recai sobre eles individualmente.

FALSAS MEMÓRIAS E MANIPULAÇÃO MIDIÁTICA

Esses mecanismos psicológicos estão profundamente interligados com a comodificação da informação no contexto capitalista digital. Plataformas como Facebook, Twitter e YouTube prosperam com o engajamento, frequentemente priorizando conteúdo sensacionalista e emocionalmente carregado que impulsiona a interação dos usuários. Esse modelo de negócios não apenas mina a precisão factual, mas também promove uma forma de relativismo moral, onde a verdade se torna subordinada à busca por cliques e compartilhamentos. O resultado é um ambiente epistêmico frágil, onde o conhecimento e a verdade são continuamente minados por incentivos econômicos e manipulação psicológica.

Elizabeth Loftus, em suas pesquisas sobre falsas memórias, demonstra como a informação enganosa pode distorcer nossas memórias e percepções (LOFTUS, 1995). Na era digital, onde a exposição constante a informações falsas pode alterar a percepção da realidade das pessoas, inclusive implantando falsas memórias, uma educação que enfatize a verificação da veracidade das informações pode ajudar a mitigar esses efeitos. Loftus argumenta que, compreendendo como as falsas memórias se formam, podemos desenvolver estratégias educacionais que ajudem os indivíduos a protegerem-se contra a aceitação de informações enganosas.

A pesquisa de Loftus sobre falsas memórias revela que a memória humana é altamente suscetível a contaminações e distorções. Em um de seus estudos clássicos, participantes foram expostos a informações enganosas após terem testemunhado um evento, e muitos deles incorporaram essas informações falsas em suas memórias do evento original. Este fenômeno,

conhecido como o "efeito de desinformação", destaca a fragilidade da memória e a facilidade com que ela pode ser manipulada.

Na era digital, as implicações dessas descobertas são amplificadas. A constante exposição a uma torrente de informações, muitas das quais são imprecisas ou deliberadamente enganosas, pode levar à formação de memórias distorcidas e percepções errôneas da realidade. As redes sociais e outras plataformas digitais desempenham um papel significativo na disseminação de informações falsas, exacerbando o problema. A facilidade com que conteúdos falsos podem ser criados e compartilhados aumenta a probabilidade de que tais informações sejam vistas e acreditadas por um grande número de pessoas.

Para combater esses efeitos, é crucial implementar uma educação que enfatize a verificação da veracidade das informações. Estudos sugerem que ensinar habilidades de pensamento crítico e verificação de fatos pode ajudar os indivíduos a resistir à aceitação de informações enganosas. Programas educacionais devem incluir componentes que expliquem como as falsas memórias se formam e como a memória pode ser manipulada. Além disso, técnicas de alfabetização midiática, que ensinam os indivíduos a avaliar a credibilidade das fontes de informação, podem ser eficazes em reduzir a suscetibilidade à desinformação.

Loftus argumenta que, ao entender os mecanismos por trás da formação de falsas memórias, podemos desenvolver estratégias educacionais mais eficazes. Isso inclui não apenas a educação formal em salas de aula, mas também campanhas públicas de conscientização que alcancem uma audiência mais ampla. A incorporação de ferramentas de verificação de fatos nas plataformas digitais e a promoção de uma cultura de ceticismo saudável também são medidas essenciais.

Além disso, a psicologia cognitiva oferece percepções valiosas sobre como a memória e a percepção podem ser protegidas contra a manipulação. Estratégias como a exposição controlada a informações corretivas, a repetição de mensagens verdadeiras e a utilização de debunking podem ajudar a corrigir falsas crenças e memórias distorcidas. A colaboração entre psicólogos, educadores e designers de plataformas digitais pode levar ao desenvolvimento de intervenções mais robustas para combater a desinformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aprofundou-se nos desafios críticos apresentados pela era da pós-verdade e pelo fenômeno das milícias digitais, que utilizam técnicas sofisticadas de psicométrica para

manipular opiniões e comportamentos. O combate eficaz a essas manipulações exige uma educação que transcenda a alfabetização midiática tradicional e o pensamento crítico, incorporando também o desenvolvimento das intuições emocionais e sensíveis dos indivíduos. Tal abordagem visa proporcionar uma resistência mais robusta às influências sutis e insidiosas presentes nas plataformas digitais.

A comoditização da cultura e a performance das ações, conforme analisado por Horkheimer e Adorno, permanecem aspectos fundamentais para entender a dinâmica da sociedade contemporânea. A transformação da arte e da cultura em meras mercadorias, destinadas ao consumo imediato, contribui para uma alienação generalizada, onde a profundidade e o significado autêntico das experiências culturais são constantemente erodidos. A digitalização amplifica esses efeitos, promovendo interações sociais superficiais e alienantes. Por isso, é imperativo que a educação inclua uma análise crítica dessas dinâmicas culturais, capacitando os indivíduos a reconhecer e resistir às forças que buscam transformar todas as esferas da vida em produtos de consumo.

A educação deve ser um processo que não apenas transmita informações, mas que também desenvolva uma autopercepção crítica e profunda nos indivíduos. A internalização de valores deve ser um processo ativo e deliberado, envolvendo uma reflexão contínua sobre os processos internos que influenciam nossas ações e reações. Essa abordagem é essencial para que as pessoas possam agir de forma autêntica e ética em suas interações sociais e políticas, resistindo à manipulação digital e às pressões culturais que promovem a conformidade superficial.

O trabalho de Daniel Kahneman sobre os sistemas de pensamento fornece uma base importante para entender como o ambiente digital favorece o pensamento rápido e intuitivo (Sistema 1), muitas vezes à custa do pensamento mais lento e deliberativo (Sistema 2). Fortalecer o Sistema 2 é crucial para permitir uma análise crítica e reflexiva das informações, reduzindo a aceitação acrítica de conteúdos enganosos. Isso exige não apenas uma educação formal que enfatize o pensamento crítico, mas também a criação de ambientes que permitam e incentivem o tempo necessário para a reflexão profunda. As plataformas digitais têm a responsabilidade de implementar mecanismos que promovam a verificação de informações e a visibilidade de conteúdos de alta qualidade.

Jonathan Haidt, em sua análise das intuições morais, destaca como as reações emocionais frequentemente precedem e dominam os processos racionais de tomada de decisão. Na era digital, as plataformas de mídia social exploram essas reações emocionais

para maximizar o engajamento dos usuários, facilitando a disseminação de informações falsas. Uma educação que promova a conscientização das intuições emocionais e desenvolva a capacidade de reflexão crítica é essencial para mitigar esse problema. Além disso, é necessário que as plataformas digitais ajustem seus algoritmos para priorizar a qualidade da informação e incentivar discussões mais racionais e informadas.

Freud e outros teóricos sugerem que os preceitos morais, muitas vezes guiados pelo superego, tendem a servir mais para justificar comportamentos após o fato do que para realmente modificá-los. A internalização superficial de normas morais permite que os indivíduos racionalizem comportamentos egoístas ou prejudiciais. Para que a ética e a moral modifiquem significativamente o comportamento, esses preceitos precisam estar profundamente integrados na vida psíquica do indivíduo e em equilíbrio com o meio social. A teoria do aprendizado social de Bandura complementa essa visão ao enfatizar a importância do ambiente social na formação e manutenção dos comportamentos morais.

A pesquisa de Elizabeth Loftus sobre falsas memórias revela a vulnerabilidade da memória humana à manipulação, especialmente na era digital. A constante exposição a informações enganosas pode distorcer percepções e criar memórias falsas. Para combater esses efeitos, é crucial implementar uma educação que ensine habilidades de pensamento crítico e de verificação de fatos. Programas educacionais devem incluir componentes que expliquem como as falsas memórias se formam e técnicas de alfabetização midiática que ajudem a avaliar a credibilidade das fontes de informação.

Em resumo, enfrentar a desinformação e a manipulação digital requer uma transformação profunda na maneira como educamos os indivíduos e estruturamos as plataformas digitais. É necessário um compromisso contínuo com a promoção de um pensamento crítico e reflexivo, bem como a criação de ambientes que incentivem a verificação de fatos e a análise profunda. Este estudo contribui ao fornecer uma análise detalhada dos mecanismos de desinformação e ao propor soluções práticas que visam fortalecer a resistência às manipulações digitais, promovendo uma sociedade mais resiliente e informada.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BANDURA, Albert. *Teoria do Aprendizado Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FESTINGER, Leon. Teoria da Dissonância Cognitiva. São Paulo: Cultrix, 1975.

FOUCAULT, Michel. A Vontade de Saber. História da Sexualidade I. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREUD, Sigmund. O Ego e o Id. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FROMM, Erich. O Medo à Liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GIROUX, Henry. Educação e a Crise dos Valores Públicos. São Paulo: Cortez, 2013.

HAIDT, Jonathan. A Mente Moralista: Por Que Pessoas Boas Se Dividem por Política e Religião. Rio de Janeiro: Record, 2013.

HABERMAS, Jürgen. Teoria da Ação Comunicativa. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HUME, David. Tratado da Natureza Humana. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

KAHNEMAN, Daniel. Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 2003.

LOFTUS, Elizabeth. A Formação de Falsas Memórias. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACINTYRE, Alasdair. Depois da Virtude: Um Estudo em Teoria Moral. São Paulo: Loyola, 2001.

MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NIETZSCHE, Friedrich. Humano, Demasiado Humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. Para a Genealogia da Moral. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RUSE, Michael. Levando Darwin a Sério: Uma Abordagem Naturalista da Filosofia. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

TURKLE, Sherry. Alone Together: Por Que Esperamos Mais da Tecnologia e Menos uns dos Outros. São Paulo: Benvirá, 2011.

TUFEKCI, Zeynep. Twitter e Gás Lacrimogêneo: O Poder e a Fragilidade do Protesto em Rede. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.